

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – SEAD  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP  
CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL MÉDIO

300 – ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO E DE SAÚDE /  
ÁREA ADMINISTRATIVA – TIPO A

Frase: **A persistência transforma sonhos em realidade.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

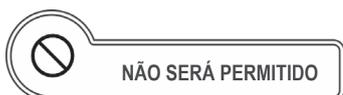
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma, o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



## CONHECIMENTOS COMUNS

### Língua Portuguesa

#### VALE DO PARAÍBA TEM RELAÇÃO CULTURAL COM O ARROZ E OUSA COM TIPOS ESPECIAIS

Em Guaratinguetá, plantações de arroz provam que alimento, além de ser elementar na mesa do brasileiro, tem diferentes variedades, sabores e usos no dia a dia. No Sudeste, digo que o sabor se manifesta por meio da memória. Isso porque a mesa dos estados que compõem a região é recheada de tradições e referências que foram ganhando atualizações e novos jeitinhos de conquistar o nosso paladar.

Na busca pelos sabores do Brasil, a viagem nesta parte do país nos presenteia com torresmo crocante, queijos maturados e até vinhos que nascem de uvas de terras antes consideradas improváveis. Para dar pontapé à jornada pelo Sudeste, desembarquei com a temporada especial CNN Viagem & Gastronomia: Sabores do Brasil no Vale do Paraíba, região histórica entre as serras da Mantiqueira e do Mar que entrega paisagens fascinantes e que se apoia na tradição alimentar como traço identitário e de desenvolvimento.

Afinal, os arredores tiveram papel fundamental no Ciclo do Café e hoje nos deparamos com um polo tecnológico que se debruça também em pesquisas de alimentos. Na cidade de Guaratinguetá, isso se traduz por meio de plantações de arroz, um dos símbolos mais fortes do Brasil.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemegastronomia/gastronomia/vale-do-paraiba-tem-relacao-cultural-com-o-arroz-e-ousa-com-tipos-especiais>.

1. O texto foca na importância dada aos alimentos e, em especial, ao arroz. Segundo o texto, assinale a opção abaixo que pode ser inferida através do texto.

- (A) Torresmo é característico em todas as regiões do Brasil.
- (B) Café é fundamental para o nosso organismo.
- (C) Queijos maturados são um alimento muito prestigiado no Brasil.
- (D) Arroz é consumido em todo Brasil.
- (E) O Brasil não produz uvas.

2. Levando em consideração a palavra “arroz” contida no texto, há uma tendência no aparecimento de uma vogal de transição entre a vogal “o” e a consoante “z”, assim como nas palavras “luz” e “fez”. Indique a opção abaixo que representa tal fenômeno.

- (A) Epêntese
- (B) Paragoge
- (C) Sístole
- (D) Metátese
- (E) Apócope

3. Levando em consideração os elementos destacados no trecho do texto: “Afinal, os arredores tiveram papel fundamental no Ciclo do Café e hoje **nos deparamos** com um polo tecnológico que **se debruça** também em pesquisas de alimentos.”, podemos considerar de acordo com as regras de posicionamento dos pronomes que:

- (A) os pronomes estão equivocadamente posicionados.
- (B) o primeiro átomo “nos” está correto, mas o pronome “se” está equivocado.
- (C) o primeiro átomo “nos” está equivocado, mas o pronome “se” está correto.
- (D) os dois pronomes não são átonos.
- (E) os pronomes estão corretamente posicionados.

4. Observe as palavras destacadas do trecho do texto: “Para dar pontapé à jornada pelo Sudeste, desembarquei com a temporada especial CNN Viagem & Gastronomia: Sabores do Brasil no Vale do **Paraíba**, região **histórica** entre as serras da Mantiqueira e do Mar que entrega paisagens fascinantes e que se apoia na tradição alimentar como traço **identitário** e de desenvolvimento.” Identifique a opção que fornece palavras que sigam as mesmas regras de acentuação de Paraíba, histórica e identitário, respectivamente.

- (A) Saúva, México e relógio.
- (B) Médico, fácil e país.
- (C) Árvore, história, rápido.
- (D) Café, jacaré, sofá.
- (E) História, família e lógico.

5. Considere o seguinte trecho: “Afinal, os arredores tiveram papel fundamental no Ciclo do Café e hoje nos **deparamos** com um polo tecnológico que se **debruça** também em pesquisas de alimentos. Na cidade de Guaratinguetá, isso se traduz por meio de plantações de arroz, um dos símbolos mais fortes do Brasil.” Identifique a opção que apresenta a afirmativa correta sobre os verbos em destaque.

- (A) **Depurar** é resultante do processo de derivação a partir da palavra **apuro**.
- (B) **Debruçar** e **depurar** são verbos defectivos, ou seja, não possuem todos os tempos, modos e pessoas.
- (C) **Debruçar** é resultante do processo de derivação a partir da palavra **braçar**.
- (D) **Debruçar** e **depurar** são verbos transitivos indiretos.
- (E) **Debruçar** e **depurar** são verbos regulares de primeira conjugação.

6. Considere o trecho: “Para dar pontapé à jornada pelo Sudeste, **desembarquei** com a temporada especial CNN Viagem & Gastronomia...” Assinale a alternativa que apresenta a afirmativa correta sobre a transitividade do verbo em destaque.

- (A) O verbo é transitivo direto seguido de preposição.
- (B) O verbo é intransitivo com sintagma preposicionado na função de adjunto.
- (C) O verbo é intransitivo com sintagma preposicionado na função de argumento.
- (D) A preposição “com” se relaciona com a natureza adjetiva do complemento.
- (E) O verbo é transitivo indireto sem permitir contextos em que seja intransitivo.

7. Considere o trecho: “Na busca pelos sabores do Brasil, a viagem nesta parte do país nos presentearia com torresmo **crocante**, queijos **maturados** e até vinhos **que nascem de uvas de terras antes consideradas improváveis**.” Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que se pode afirmar dos três elementos destacados.

- (A) Todos têm a função explicativa.
- (B) Todos são determinantes.
- (C) Todos têm a função adjetiva.
- (D) Todos têm a função adverbial.
- (E) Todos são orações subordinadas.

8. Considere o trecho: “Afinal, os **arredores** tiveram papel fundamental no Ciclo do Café e hoje nos **deparamos** com um polo tecnológico que se **debruça** também em pesquisas de alimentos. Na cidade de Guaratinguetá, isso se traduz por meio de plantações de arroz, um dos símbolos mais fortes do Brasil.” Identifique a opção que apresenta a afirmativa correta sobre as palavras em destaque.

- (A) Todas as palavras são formadas pela junção de um prefixo com uma raiz que indica direção.
- (B) Os prefixos das palavras apresentam uma noção espacial de direção, afastamento ou inclinação.
- (C) Todas as palavras destacadas são parassintéticas.
- (D) Todas são formadas apenas por uma raiz.
- (E) Os prefixos tornam as palavras destacadas em verbos.

9. Observe o trecho: “Afinal, os **arredores** tiveram papel fundamental no Ciclo do Café e hoje nos **deparamos** com um polo tecnológico que se **debruça** também em pesquisas de alimentos. Na cidade de Guaratinguetá, isso se traduz por meio de plantações de arroz, um dos símbolos mais fortes do Brasil.” Identifique a opção que apresenta a afirmativa correta sobre o significado das palavras em destaque.

- (A) Arredor significa em volta, deparar significa parar de repente e debruçar significa usar o braço.
- (B) Arredor significa dar a volta, deparar significa encontrar ou cruzar com algo e debruçar significa curvar-se.
- (C) Arredor significa em volta, deparar significa encontrar ou cruzar com algo e debruçar significa inclinar-se.
- (D) Arredor significa voltar, deparar significa parar, debruçar significa ficar de braços.
- (E) Arredor significa em volta, deparar significa algo que causa uma parada e debruçar significa sem os braços.

10. Assinale a opção correta com a divisão silábica da palavra Guaratinguetá e a justificativa para o acento.

- (A) Gu-a-ra-tin-gue-tá e oxítone terminada em “a”.
- (B) Gua-ra-tingue-tá e oxítone terminada em “a”.
- (C) Gua-ra-tin-gue-tá e toda proparoxítone é acentuada.
- (D) Gua-ra-tin-gue-tá e oxítone terminada em “a”.
- (E) Gu-a-ra-tingue-tá e toda proparoxítone é acentuada.

## Legislação do SUS

---

11. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil representou um marco histórico no setor da saúde, sendo fundamentada por princípios e diretrizes essenciais. Assinale a alternativa correta em relação à evolução histórica do sistema de saúde brasileiro e à estruturação do SUS.

- (A) O SUS foi instituído pela Constituição de 1967, focando exclusivamente na assistência à saúde dos trabalhadores formais.
- (B) O princípio da universalidade do SUS determina que o acesso aos serviços de saúde está restrito àqueles que contribuem para a seguridade social.
- (C) O SUS foi regulamentado pelas Leis Orgânicas da Saúde, representadas pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, garantindo a descentralização e a participação da comunidade.
- (D) Antes do SUS, a saúde pública no Brasil era organizada de forma integral, com acesso gratuito e universal a todos os cidadãos desde o início do século XX.
- (E) O SUS é financiado exclusivamente pelo setor privado, sem a contribuição de impostos ou recursos públicos.

12. O Título VIII da Constituição Federal de 1988 trata da Ordem Social, que inclui princípios e diretrizes fundamentais para a seguridade social no Brasil. Com base no conteúdo dos artigos 194 a 200, identifique a alternativa correta.

- (A) O artigo 198 estabelece que o sistema de saúde brasileiro deve ser organizado com base na descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- (B) A seguridade social abrange exclusivamente a saúde, excluindo a previdência e a assistência social como áreas de atuação.
- (C) O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços é aplicado apenas às áreas urbanas, não se estendendo às áreas rurais.
- (D) A Constituição permite a destinação de recursos da seguridade social para finalidades não relacionadas às áreas de saúde, previdência e assistência social.
- (E) É vedada a criação de receitas específicas para o financiamento da seguridade social, conforme definido no artigo 195.

13. A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e define aspectos fundamentais para a organização e o funcionamento da saúde pública no Brasil. Sobre o tema, marque o item correto.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que a saúde deve ser financiada exclusivamente pelos governos estaduais, sem a participação do governo federal.
- (B) A lei dispõe que a iniciativa privada não pode participar de forma complementar no Sistema Único de Saúde (SUS).
- (C) Essa lei limita a atuação do SUS exclusivamente à assistência curativa, excluindo ações de promoção e prevenção à saúde.
- (D) De acordo com a Lei nº 8.080/1990, o SUS está restrito ao atendimento de moradores das capitais dos estados brasileiros.
- (E) A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

14. Segundo a Lei nº 8.142/90, o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários atua

- (A) no gerenciamento do Sistema Único de Saúde, em suas instâncias de origem, ditando e promovendo toda a política de saúde pertinente.
- (B) exclusivamente na execução da política de saúde na instância correspondente, exceto nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões são de responsabilidade do chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- (C) exclusivamente na formulação de estratégias de saúde a serem aplicadas em cada instância, não tendo caráter consultivo ou executivo em relação aos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões são de responsabilidade total dos chefes dos executivos em cada instância.
- (D) na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- (E) como órgão executor e auditor das políticas de saúde em cada instância, tem inclusive o poder de determinar medidas diferenciadas e diferentes das adotadas pelo Ministério da Saúde.

15. Sobre a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, assinale o item verdadeiro.

- (A) A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um modelo alternativo à Atenção Básica e pode ser implementada apenas em áreas urbanas.
- (B) A Portaria nº 2.436/2017 reforça a importância da territorialização para o planejamento das ações de saúde e a organização dos serviços.
- (C) O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é responsável exclusivamente pelo agendamento de consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- (D) As equipes de Atenção Básica devem estar organizadas de maneira rígida, sem adaptações às características locais da população atendida.
- (E) O financiamento da Atenção Básica é responsabilidade exclusiva dos municípios, sem apoio financeiro do governo federal.

16. Sobre a Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, que estabelece diretrizes para a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), assinale o item correto.

- (A) A Portaria revoga todas as normativas anteriores relacionadas ao financiamento da Atenção Primária à Saúde, unificando-as em um único documento.
- (B) O principal objetivo da Portaria GM/MS nº 1.604 é a extinção do modelo de financiamento baseado em repasses federais para os estados.
- (C) A Portaria mantém os mesmos critérios de financiamento para a Atenção Básica, sem introduzir novas métricas de desempenho.
- (D) A Portaria restringe o atendimento da Atenção Primária aos municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes.
- (E) A Portaria GM/MS nº 1.604 promove a implementação de critérios de desempenho e qualidade como fatores determinantes para o financiamento federal da Atenção Primária.

17. A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, trata da atuação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em relação às políticas públicas de saúde no Brasil, reforçando a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o tema, identifique a alternativa verdadeira.

- (A) A Resolução CNS nº 553 enfatiza a importância de reduzir a participação social nos conselhos de saúde, para torná-los mais ágeis em suas decisões.
- (B) A Resolução trata especificamente da revogação de diretrizes relacionadas à integralidade do atendimento no SUS.
- (C) Entre os objetivos da Resolução CNS nº 553 está o fortalecimento do controle social nas políticas de saúde, garantindo a participação efetiva da sociedade.
- (D) A Resolução CNS nº 553 extingue a necessidade de planejamento orçamentário no âmbito do SUS, com foco em medidas emergenciais.
- (E) A Resolução limita a atuação dos conselhos de saúde a aspectos administrativos, sem considerar questões políticas ou sociais.

18. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por legislações específicas, como a Lei nº 8.080/1990. Sobre princípios, diretrizes e arcabouço legal do SUS, assinale o item correto.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 estabelece a gratuidade como diretriz do SUS, garantindo que o acesso aos serviços seja independente de pagamento.
- (B) Um dos princípios fundamentais do SUS é a regionalização, que determina que o atendimento é limitado apenas à região de residência do cidadão.
- (C) O princípio da universalidade assegura que somente as pessoas cadastradas em Unidades Básicas de Saúde podem acessar os serviços de saúde pública.
- (D) A participação popular no SUS é opcional e pode ser restrita a grupos específicos indicados pelo gestor de saúde local.
- (E) A descentralização no SUS significa que os estados são os únicos responsáveis pela gestão dos serviços de saúde pública.

19. Os artigos 194 a 200 do Título VIII da Constituição Federal de 1988 tratam da Ordem Social, com foco na seguridade social. A esse respeito, marque o item correto.

- (A) A seguridade social, de acordo com a Constituição, é formada exclusivamente pelo conjunto de ações na área de saúde pública.
- (B) A previdência social é de responsabilidade exclusiva da União, sem participação de estados, municípios ou da sociedade.
- (C) O financiamento da seguridade social deve ser feito apenas com base na arrecadação de impostos federais.
- (D) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
- (E) A Constituição estabelece que o atendimento na saúde pública pode ser negado caso o cidadão não comprove regularidade no pagamento de contribuições sociais.

20. A Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990 regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações de vigilância epidemiológica são exclusivas do nível federal e não podem ser realizadas por estados ou municípios.
- (B) A participação da iniciativa privada no SUS é permitida, sendo complementar à atuação do sistema público de saúde.
- (C) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que os serviços de saúde podem ser cobrados dos usuários em casos de alto custo para o SUS.
- (D) De acordo com a lei, o conceito de saúde restringe-se à ausência de doenças e agravos físicos.
- (E) As ações de promoção à saúde são de responsabilidade exclusiva das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

## História e Aspectos Geopolíticos do RN

21. No século XVI, durante o período das capitanias donatárias, a Capitania do Rio Grande desempenhou papel fundamental na organização territorial e na exploração econômica do novo mundo. Quanto à função administrativa e econômica dessa capitania, podemos afirmar que:

- (A) Estabeleceu as bases para a colonização por meio da concessão de sesmarias e da exploração dos recursos naturais.
- (B) Criou um sistema de administração autônoma inspirado nas instituições europeias, com forte ênfase na industrialização precoce.
- (C) Funcionava exclusivamente como posto militar, sem incentivo à exploração econômica ou à fixação de colonos.
- (D) Desenvolveu um modelo de gestão que priorizava a integração cultural entre indígenas e colonizadores, sem finalidades econômicas.
- (E) Implantou um sistema burocrático centralizado que eliminava as práticas de concessão de terras e favorecia a agricultura de subsistência.

22. Durante o período colonial, a escravização indígena e africana marcou a sociedade do Rio Grande do Norte, e os grupos oprimidos adotaram diversas estratégias de resistência para preservar suas identidades e conquistar a liberdade. Assinale a alternativa que corretamente caracteriza essas estratégias de resistência.

- (A) Fuga, revoltas e a preservação de tradições culturais, que contribuíram para a manutenção de suas identidades mesmo sob opressão.
- (B) Integração imediata aos sistemas administrativos coloniais, abandonando as práticas culturais originais em busca de aceitação social.
- (C) Negociação constante com os colonizadores, visando a obtenção de benefícios econômicos sem confrontos diretos.
- (D) Adoção de métodos religiosos, com a crença de que a fé resolveria todas as injustiças impostas pelo sistema escravagista.
- (E) Abandono das lutas e aceitação das condições impostas, sem registros de manifestações ou revoltas significativas.

23. O Rio Grande do Norte apresenta uma economia diversificada, que integra atividades modernas e tradicionais – desde a agropecuária e pesca até a produção de petróleo, turismo e mineração – o que influencia diretamente a sua configuração socioeconômica. Assinale a alternativa correta que sintetiza o impacto dessa diversificação na estrutura do estado.

- (A) A ênfase em setores como a carnicultura e a extração de sal, sem a integração de atividades modernas, restringe o potencial de crescimento econômico.
- (B) A concentração exclusiva em atividades tradicionais impede a inserção do estado em mercados globais e limita o crescimento econômico.
- (C) A diversificação econômica gera conflitos internos que dificultam a implementação de políticas públicas integradas, resultando em instabilidade.
- (D) O predomínio das atividades de mineração e pesca isola o estado das inovações tecnológicas e impede a modernização dos setores produtivos.
- (E) A integração dos diversos setores econômicos fortalece a competitividade regional e promove o desenvolvimento sustentável, refletindo uma economia multifacetada.

24. A revolta do “Quebra-quilos” (1874–1875) ocorreu no antigo Norte oitocentista do Rio Grande do Norte e representa uma expressão de insatisfação popular frente a medidas administrativas injustas. Sobre a principal motivação desta revolta, identifique a alternativa correta.

- (A) A interferência das autoridades imperiais na organização das câmaras municipais, estimulando a participação popular.
- (B) Os excessos na cobrança de tributos e a imposição de um sistema de medidas injusto, prejudicando os produtores locais
- (C) A imposição de modelos culturais europeus que desconsideravam as práticas tradicionais dos habitantes do estado.
- (D) A centralização do poder nas mãos de uma elite agrária que restringia o acesso a recursos educacionais.
- (E) A implementação de políticas de expansão territorial que excluíam as comunidades rurais dos benefícios do progresso.

25. A transição do regime colonial para a República no Rio Grande do Norte promoveu profundas transformações na gestão urbana e na consolidação de setores econômicos, combinando elementos herdados do período colonial com inovações administrativas e econômicas republicanas. Assinale a alternativa que sintetiza essas transformações corretamente.

- (A) A transição republicana concentrou-se exclusivamente na educação e cultura, sem promover alterações significativas na gestão urbana ou na economia.
- (B) A mudança de regime eliminou todas as práticas coloniais sem introduzir mecanismos modernos, mantendo uma estrutura administrativa estagnada.
- (C) A Proclamação da República impulsionou a modernização administrativa por meio da criação de leis municipais e favoreceu a diversificação econômica, integrando práticas coloniais e novos modelos de gestão.
- (D) O novo regime substituiu imediatamente os setores tradicionais por indústrias de alta tecnologia, sem considerar as características regionais históricas.
- (E) As transformações ocorreram apenas de forma simbólica, sem impacto real na legislação ou na estrutura econômica do estado.

**Regime Jurídico Único do RN**

---

**26.** Joana é servidora pública estadual e enfrenta diferentes situações que podem lhe garantir o direito a uma licença. No último ano, ela engravidou e o parto ocorreu antes do tempo esperado, resultando no nascimento prematuro de seu filho. Seu marido, também servidor estadual, precisou se afastar do trabalho nos primeiros dias após o nascimento da criança. Pouco tempo depois, Joana sofreu um acidente no percurso entre sua casa e o local de trabalho, sendo afastada por recomendação médica. Meses mais tarde, ela adotou uma criança de dois anos de idade. Posteriormente, sua mãe, idosa e dependente dela, passou por uma cirurgia delicada, necessitando de cuidados constantes. À vista dessas situações, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, com base na Lei Complementar nº 122/1994.

- (A) Joana teria direito à licença-maternidade somente a partir do primeiro dia do nono mês de gestação, sem possibilidade de antecipação, ainda que houvesse recomendação médica.
  - (B) O marido de Joana teve direito a 10 dias de licença-paternidade, pois a lei garante um período ampliado para servidores públicos estaduais.
  - (C) O acidente sofrido por Joana no trajeto de sua residência para o trabalho não caracteriza acidente de serviço, pois não ocorreu dentro do ambiente de trabalho.
  - (D) Pela adoção de uma criança de dois anos, Joana teve direito a uma licença de 30 dias.
  - (E) Joana teve direito a uma licença remunerada de até 180 dias para cuidar de sua mãe enferma, desde que a assistência direta fosse indispensável e comprovada por junta médica.
- 

**27.** Carlos sempre sonhou em ser servidor público. Após anos de estudo, ele finalmente foi aprovado em um concurso para Analista Administrativo de uma autarquia estadual. No dia da publicação da sua nomeação, sua família organizou uma comemoração especial. No entanto, no mesmo período, Carlos recebeu uma oportunidade irrecusável para fazer um curso de especialização no exterior e, empolgado, embarcou imediatamente, esquecendo-se completamente do prazo para tomar posse no cargo. Ao retornar ao Brasil, 45 dias depois da publicação do ato de provimento, dirigiu-se ao setor de recursos humanos da autarquia para assinar o termo de posse. Para sua surpresa, foi informado de que seu ato de provimento havia sido declarado sem efeito. Diante desse cenário, considerando o que diz a Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994, analise as alternativas e assinale a correta.

- (A) Como Carlos não tomou posse no prazo de 30 dias e não solicitou prorrogação dentro desse período, o ato de provimento foi declarado sem efeito, não sendo possível sua investidura nesse cargo.
  - (B) A posse pode ser realizada a qualquer momento após a publicação da nomeação, desde que o servidor apresente justificativa plausível para o atraso.
  - (C) Carlos ainda pode tomar posse, desde que solicite um prazo adicional justificando sua ausência, pois a posse pode ser prorrogada por até 60 dias.
  - (D) Se Carlos apresentar uma justificativa relevante, o órgão deve conceder uma exceção e reintegrá-lo ao cargo, pois a posse não é requisito essencial para a investidura no serviço público.
  - (E) O prazo para a posse começa a contar do momento em que Carlos retorna ao Brasil, pois sua ausência justificada suspende a contagem do prazo legal.
- 

**28.** De acordo com a Lei Complementar nº 122/1994, a ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor em nova sede. Considerando as disposições sobre esse tema, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A ajuda de custo pode ser concedida em valor superior a três meses de remuneração do servidor, desde que a administração considere necessário.
  - (B) O servidor nomeado para cargo em comissão que necessitar mudar de domicílio tem direito à ajuda de custo, mesmo que não seja servidor do Estado.
  - (C) O servidor que se afastar para o exercício de mandato eletivo tem direito à ajuda de custo para a mudança de domicílio.
  - (D) A família do servidor que falecer na nova sede não tem direito à ajuda de custo para retorno à localidade de origem.
  - (E) O servidor que não se apresentar na nova sede no prazo de 30 dias será isento de restituir a ajuda de custo.
-

29. Bruno sempre foi um servidor exemplar no órgão público em que atuava. No entanto, após sofrer um grave acidente de trânsito, foi diagnosticado com uma limitação permanente que reduziu significativamente sua capacidade de exercer as atividades inerentes ao seu cargo original. Após ser submetido à inspeção de saúde, a administração pública decidiu que ele deveria ser investido em um cargo mais adequado à sua nova realidade funcional. Anos depois, João, colega de Bruno, que havia sido aposentado por invalidez, passou por nova avaliação de junta médica oficial, a qual concluiu que os motivos que levaram à sua aposentadoria não mais subsistiam. Diante disso, foi decidido que ele poderia retornar às atividades no mesmo cargo que ocupava antes da aposentadoria. Já Felipe, havia sido demitido por suposta falta grave. No entanto, após longo trâmite processual, sua demissão foi considerada inválida por decisão judicial, garantindo-lhe o retorno ao cargo anteriormente ocupado, com a reconstituição de sua carreira e o ressarcimento de todas as vantagens devidas. Com base nos dispositivos legais dispostos na Lei Complementar nº 122/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de João, sua reversão poderia ocorrer mesmo após os 70 anos de idade, desde que houvesse comprovação de sua plena capacidade laboral por junta médica oficial.
- (B) Felipe teve sua reintegração corretamente assegurada, com reconstituição da sua carreira e o ressarcimento das vantagens, sendo que, caso o seu antigo cargo estivesse ocupado, o atual ocupante teria direito a indenização pela perda do cargo.
- (C) A readaptação de Bruno se deu em um cargo de atribuições compatíveis com sua nova condição, sendo que, caso sua incapacidade fosse total para o serviço público, ele deveria ser aposentado.
- (D) João só pôde retornar ao serviço público devido à existência de uma vaga disponível no órgão, pois, caso seu cargo estivesse provido, ele não poderia exercer suas funções, ainda que a aposentadoria por invalidez tenha sido revertida.
- (E) A readaptação de Bruno só poderia ocorrer caso ele tivesse sido aposentado por invalidez, e, caso julgado incapaz para o serviço público, deveria obrigatoriamente retornar ao cargo original.

---

30. Em relação à revisão do processo disciplinar, assinale a alternativa correta com base na Lei Complementar nº 122/1994.

- (A) A revisão do processo disciplinar não pode ser solicitada nos casos de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, pois somente ele tem legitimidade para requerê-la pessoalmente.
- (B) A revisão de um processo disciplinar pode ser requerida com base apenas na alegação de injustiça da penalidade aplicada, sem a necessidade de apresentar fatos novos ou circunstâncias não analisadas no processo original.
- (C) Quando a revisão for deferida, a penalidade aplicada ao servidor poderá ser aumentada se os novos elementos apontarem maior gravidade do fato, desde que a autoridade competente julgue necessário, em razão da gravidade da infração.
- (D) Caso a revisão do processo seja julgada procedente, a penalidade aplicada ao servidor pode ser substituída por uma sanção mais leve, como uma advertência, mas não pode haver o restabelecimento dos direitos do servidor
- (E) No processo revisional, cabe ao requerente o ônus da prova, devendo apresentar os elementos que justifiquem a revisão. Além disso, a revisão do processo ocorre em apenso ao processo originário e deve ser concluída no prazo de 60 dias pela comissão revisora.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**31.** Manifestação ou declaração unilateral da Administração Pública, ou de particulares que estejam no exercício de prerrogativas públicas, em conformidade com o interesse público, aptos a produzir efeitos jurídicos na esfera administrativa, estando sujeitos ao regime jurídico de direito público e ao controle do Poder Judiciário. Acerca disso, o texto refere-se ao conceito de

- (A) atos da administração.
- (B) atos da administração pública.
- (C) fatos administrativos.
- (D) atos administrativos.
- (E) atos privados.

**32.** Atos praticados pela Administração desprovidos de manifestação de vontade cuja natureza é meramente executória, que consiste nos eventos da natureza, não decorrentes da manifestação ou declaração administrativa, que não são aptos a produzir efeitos no âmbito do Direito Administrativo. Nesse sentido, o texto refere-se ao conceito de

- (A) fatos administrativos.
- (B) atos da administração.
- (C) atos administrativos.
- (D) atos privados.
- (E) atos da administração pública.

**33.** Atribuição normativa conferida ao agente público para o desempenho das funções específicas relacionadas ao seu cargo ou emprego público, definida por lei ou constitucionalmente. Acerca disso, o texto refere-se ao elemento do ato administrativo denominado de

- (A) Finalidade.
- (B) Forma.
- (C) Motivo.
- (D) Objeto.
- (E) Competência.

**34.** Crime previsto no Código Penal que ocorre quando alguém, sem qualquer forma de relação jurídica com a Administração, se passa por agente público. Neste caso, os atos praticados serão inexistentes e o crime é denominado como

- (A) Falsidade ideológica.
- (B) Peculato-apropriação.
- (C) Peculato culposo.
- (D) Usurpação de função.
- (E) Estelionato.

**35.** Objetivo que se busca alcançar com a prática do ato administrativo que pode ser dividida em geral e específica. Geral ou mediata: será sempre o interesse público; e específica ou imediata é o fim pretendido pela lei que regulamenta o ato administrativo editado. Acerca disso, o texto refere-se ao elemento do ato administrativo denominado de

- (A) Forma.
- (B) Finalidade.
- (C) Motivo.
- (D) Objeto.
- (E) Competência.

**36.** Atos dotados de generalidade e abstração, não possuindo destinatários específicos e que em regra, não podem inovar no ordenamento jurídico. Nesse sentido, o texto refere-se à espécie de ato administrativo denominado de

- (A) Punitivo.
- (B) Ordinatório.
- (C) Negocial.
- (D) Enunciativo.
- (E) Normativo.

**37.** Atos administrativos internos que possuem a finalidade de organizar a atividade administrativa nos órgãos e entidades públicas e que decorrem do poder hierárquico. Nesse sentido, o texto refere-se à espécie de ato administrativo denominado de

- (A) Punitivo.
- (B) Negocial.
- (C) Ordinatório.
- (D) Enunciativo.
- (E) Normativo.

**38.** Atos com um vício insanável, resultante da ausência de um de seus elementos constitutivos ou defeito substancial em algum deles, que não pode ser convalidado e não pode produzir efeito entre as partes, é um ato

- (A) Nulo.
- (B) Anulável.
- (C) Revogável.
- (D) Caduco.
- (E) Inexistente.

39. Ato administrativo que possui apenas aparência de manifestação de vontade da administração, mas, não se origina de um agente público ou os seus objetos são juridicamente impossíveis, que não produz nenhum efeito e os efeitos já produzidos serão desconstituídos. Nesse sentido, esse ato é denominado de

- (A) Anulável.
- (B) Caduco.
- (C) Anulável.
- (D) Convertível.
- (E) Inexistente.

40. A extinção do ato administrativo quando sobrevém uma nova lei incompatível com a manutenção do ato no mundo jurídico. Nesse sentido, esse ato é denominado de

- (A) Nulo.
- (B) Anulável.
- (C) Caduco.
- (D) Convertível.
- (E) Revogável.

41. A redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos, devido a sua natureza pública e em decorrência dos princípios constitucionais, devem sempre possuir alguns atributos em sua redação. Nesse sentido, usar uma linguagem que dificulta a compreensão pela população dos textos oficiais, como regionalismos, neologismos, jargões, siglas não explicadas, estruturas e vocabulários muito complexos, fere o atributo da

- (A) Objetividade.
- (B) Concisão.
- (C) Clareza e Precisão.
- (D) Impessoalidade.
- (E) Formalidade e Padronização.

42. O texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, excluindo palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito, está de acordo com o atributo da redação oficial denominado(a) de

- (A) Objetividade.
- (B) Concisão.
- (C) Clareza e Precisão.
- (D) Impessoalidade.
- (E) Formalidade.

43. A condução do leitor ao contato mais direto com o assunto e com as informações, sem subterfúgios, sem excessos de palavras e de ideias, indo direto ao que se deseja abordar, sem voltas e sem redundâncias, está de acordo com o atributo da redação oficial denominado(a) de

- (A) Concisão.
- (B) Objetividade.
- (C) Clareza e Precisão.
- (D) Formalidade e Padronização.
- (E) Impessoalidade.

44. Quando se lê um texto e se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros, e que existem atributos que favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos dele, o texto está de acordo com o atributo da redação oficial denominado(a) de

- (A) Clareza e Precisão.
- (B) Objetividade.
- (C) Coesão e Coerência.
- (D) Formalidade.
- (E) Impessoalidade.

45. O vocativo é uma invocação ao destinatário. Nas comunicações oficiais, o vocativo será sempre seguido de vírgula. Em comunicações dirigidas ao Presidente da República, deve-se utilizar a seguinte expressão:

- (A) Excelentíssimo Senhor Presidente da República.
- (B) Senhor Presidente da República.
- (C) Magnífico Senhor Presidente da República.
- (D) À Vossa Senhoria Presidente da República.
- (E) Reverendíssimo Senhor Presidente da República.

46. O fecho das comunicações oficiais objetiva, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, saudar o destinatário. Com o objetivo de simplificá-lo e uniformizá-lo, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República estabeleceu o seguinte fecho para a correspondência oficial destinada às autoridades de hierarquia superior à do remetente:

- (A) Atenciosamente.
- (B) Cordialmente.
- (C) Respeitosamente.
- (D) Com os meus melhores cumprimentos.
- (E) Sempre às ordens.

47. Em manuais de redação oficial anteriores, havia três tipos de expedientes, os quais se diferenciavam pela sua finalidade. Entretanto, a última revisão do Manual de Redação da Presidência trouxe uma uniformização, havendo agora apenas o chamado:

- (A) Aviso.
- (B) Padrão Ofício.
- (C) Memorando.
- (D) Circular.
- (E) Nota Técnica.

48. De acordo com as normas contábeis, a diferença entre os valores positivos (bens mais direitos) menos os valores negativos (obrigações), forma o que denominamos de

- (A) Patrimônio Líquido.
- (B) Lucro Real.
- (C) Patrimônio Ativo.
- (D) Patrimônio Passivo.
- (E) Lucro Bruto.

49. Caracterizada pelo consumo de bens ou serviços, ou ainda, pela saída de recursos financeiros sem aumento do patrimônio ou aquisição de um bem para consumo rápido, geralmente durante o exercício. Nesse sentido, o texto refere-se ao conceito de

- (A) Receita.
- (B) Imposto.
- (C) Tributo.
- (D) Despesa.
- (E) Lucro.

50. Demonstração estática, sintética e ordenada do patrimônio da empresa, refletindo a posição financeira da empresa de forma quantitativa e qualitativa em determinado momento. Neste documento, os bens, direitos, obrigações e a participação dos sócios são explícitas a todos que tenham acesso a este documento. Nesse sentido, o texto refere-se ao documento denominado de

- (A) Balancete.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Demonstração de Fluxo de Caixa.
- (D) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (E) Demonstração Fiscal.

51. Gênero documental é a reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente suporte e formato, e que exigem processamento técnico específico e, algumas vezes, mediação técnica para acesso. Nesse sentido, a unidade de registro de informações codificadas de forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de equipamento eletrônico, é denominada de documento:

- (A) Digital.
- (B) Micrográfico.
- (C) Digital.
- (D) Audiovisual.
- (E) Eletrônico.

52. Documento que não possui restrição de acesso, ou seja, sua divulgação não prejudica o órgão ou entidade, nem seus servidores, podendo ser de domínio público. Nesse sentido, o documento é denominado de

- (A) Livre.
- (B) Privado.
- (C) Ostensivo.
- (D) Sigiloso.
- (E) Ultra Sigiloso.

53. Para que a administração pública e as organizações privadas possam tornar acessíveis as informações contidas nos documentos sob sua guarda, alguns princípios devem ser observados. Nesse sentido, o princípio que determina que o arquivo produzido por um órgão ou entidade, pessoa ou família, não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras é denominado de

- (A) Princípio da proveniência.
- (B) Princípio do respeito à ordem original.
- (C) Princípio da unicidade.
- (D) Princípio da indivisibilidade.
- (E) Princípio da cumulatividade.

54. Princípio arquivístico segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Acerca disso, o texto refere-se ao princípio do(a)

- (A) proveniência.
- (B) respeito à ordem original.
- (C) pertinência temática.
- (D) autenticidade.
- (E) naturalidade.

55. Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete sua administração. Nesse sentido, o texto refere-se ao conceito de arquivo

- (A) Intermediário.
- (B) Corrente.
- (C) Permanente.
- (D) Temporário.
- (E) Fixo.

56. O bom profissional é aquele que possui um bom conhecimento dos processos, mecanismos e serviços prestados pela empresa e trabalha com muitos serviços. Assim, é importante que o profissional de atendimento da instituição tenha um conhecimento prévio de todos esses serviços e saiba orientar/encaminhar o cliente corretamente. Nesse sentido, é uma característica desejável de um bom profissional de atendimento:

- (A) falar demais, usando muitos gestos, acompanhados de voz alta e estridente.
- (B) elogiar demasiadamente a empresa, seus produtos e seus serviços.
- (C) vestir-se de modo exagerado.
- (D) ter capacidade de compreender e captar as situações.
- (E) não ter a capacidade de se colocar no lugar do outro.

57. A comunicação é tudo o que um profissional de atendimento usa para exercer o seu trabalho. A qualidade de seu atendimento dependerá da sua capacidade de se comunicar com o público e da mensagem que ele transmitirá ao cliente. Nesse sentido, a pessoa que deseja transmitir alguma coisa é denominada de

- (A) Emissor.
- (B) Receptor.
- (C) Mensageiro.
- (D) Retorno.
- (E) Veículo.

58. As empresas estão cada vez mais disputando a preferência de um mesmo cliente, diante desse cenário a qualidade no atendimento se tornou fundamental. Nesse sentido, um fator que influencia de forma positiva na satisfação do cliente é:

- (A) avaliação que ele faz das características do produto ou serviço que consome.
- (B) dificuldade para encontrar os produtos.
- (C) frieza no atendimento.
- (D) mercadorias sem preço ou com o valor incorreto.
- (E) falta de higiene.

59. Registro sucinto escrito de acontecimentos e/ou decisões de uma reunião e que deve ser elaborado de forma a impedir alterações posteriores. Pode ser assinada apenas pelo secretário e pelo presidente, ou, além desses, por todos os membros presentes, a depender das normas estabelecidas em regimento próprio. Nesse sentido, o texto refere-se ao documento denominado de

- (A) Atestado.
- (B) Guia.
- (C) Alvará.
- (D) Permissão.
- (E) Ata.

60. Instrumento jurídico que desdobra em subunidades administrativas os órgãos e unidades relacionados na estrutura regimental ou no estatuto, especifica suas respectivas competências e define as atribuições de seus dirigentes. Nesse sentido, o texto refere-se ao documento denominado de:

- (A) Contrato Social.
- (B) Estatuto.
- (C) Portaria.
- (D) Regimento Interno.
- (E) Instrução Normativa.